
Inspirali Educação S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Inspirali Educação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Inspirali Educação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Inspirali Educação S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

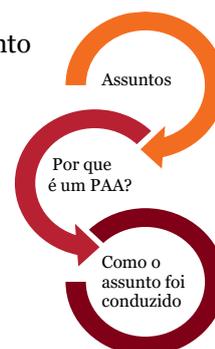
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inspirali Educação S.A. e da Inspirali Educação S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Provisão para perdas esperadas em créditos (Nota explicativa 7)**

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas em créditos, no montante de R\$ 4.372 mil (consolidado), representa 23,5% do saldo de contas a receber nessa mesma data.

A determinação da provisão foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos principais critérios estabelecidos na política da Companhia e os controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, que têm como base a análise do contas a receber em aberto por faixas de vencimento (*aging list*), o status do aluno e característica do título.

Realizamos testes, em base amostrais, da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como, recalculamos, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas ao final do exercício social.

Adicionalmente, testamos as premissas da administração, quais sejam, percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com o contas a receber, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período. Essas análises levaram em conta ainda os efeitos sobre a evasão de alunos e a inadimplência resultantes dos efeitos econômicos da pandemia do Covid-19.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos são consistentes com as informações e documentos apresentados.

Avaliação do valor recuperável de ativos (Nota explicativa 12)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis de vida útil indefinida decorrem substancialmente de combinações de negócios realizadas e totalizam, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 225.531 mil (consolidado), sendo R\$ 183.912 mil registrados como ágio e R\$ 37.611 mil referentes a licenças.

Realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Avaliamos a definição adotada pela administração quanto às unidades geradoras de caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa ou de

Porque é um PAA

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Por esse motivo, determinamos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

receita (conforme aplicável), bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções (taxa de crescimento na perpetuidade, de receita e de gastos, taxa de desconto), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Revisamos a análise de sensibilidade elaborada pela administração e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos a leitura das divulgações.

Obtivemos ainda o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia do Covid-19 impactaram a performance dos negócios e os seus eventuais reflexos nas projeções.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são consistentes com dados e informações obtidos.

**Combinações de negócios
(Nota explicativa 5 e 15)**

A Companhia realizou combinações de negócios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, nas quais o valor nominal de aquisição totalizou R\$ 73.581 mil.

O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo e da determinação do preço de aquisição nessas combinações de negócios envolveu a contratação de especialistas externos pela administração e o exercício de julgamento sobre estimativas consideradas críticas. As estimativas utilizaram dados e premissas subjetivas tais como a projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, bem como os reflexos tributários das combinações de negócios. Por essas razões, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Efetuamos a leitura do conjunto de acordos e dos principais documentos que suportam as transações, bem como, realizamos reuniões com a administração e com os consultores externos da Companhia para entendimento das transações e dos respectivos impactos jurídicos e contábeis relacionados com as aquisições (inclusive no que diz respeito à opção de aquisição de participação futura e o passivo de resgate correspondente).

Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão dos laudos de alocação do preço de compra nas combinações de negócios. Com o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e das principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos nas aquisições, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação.

Verificamos ainda os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como efetuamos a leitura das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras são consistentes com dados e informações obtidas e analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações, individual e consolidada, do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Inspirali Educação S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Inspirali Educação S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2022

A handwritten signature in dark ink that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	8	13	4.682	756
Aplicações financeiras	6	-	-	14.426	91
Contas a receber	7	-	-	13.412	-
Adiantamentos diversos		68	-	1.025	2
Contas a receber com partes relacionadas	21	45	-	11.703	-
Dividendos a receber	21	2.073	-	-	-
Outros ativos circulantes		1	-	717	17
Total dos ativos circulantes		2.195	13	45.965	866
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	7	-	-	838	-
Depósitos judiciais		-	-	623	-
Créditos com partes relacionadas	21	-	-	200	-
Outros ativos não circulantes		-	-	452	101
Investimentos	9	235.123	19.721	-	-
Imobilizado	10	6	-	11.500	214
Direito de uso de arrendamentos	11	-	-	12.420	-
Intangível	12	4.938	-	267.144	19.810
Total dos ativos não circulantes		240.067	19.721	293.177	20.125
TOTAL DOS ATIVOS					
		242.262	19.734	339.142	20.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADASBALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores	13	1.273	-	24.391	128
Arrendamentos a pagar	11	-	-	230	-
Obrigações sociais e salariais		713	-	2.193	2
Obrigações tributárias		236	-	1.703	2
Adiantamentos	14	-	-	2.583	1.123
Títulos e obrigações em aquisições	15	200.803	568	200.803	568
Dividendos a pagar		-	-	17.407	-
Outros passivos circulantes		-	1	458	3
Total dos passivos circulantes		<u>203.025</u>	<u>569</u>	<u>249.768</u>	<u>1.826</u>
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	11	-	-	13.320	-
Títulos e obrigações em aquisições	15	95.500	6.614	105.231	6.614
Débitos com partes relacionadas	21	-	-	3	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	21.800	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis		-	-	48	-
Total dos passivos não circulantes		<u>95.500</u>	<u>6.614</u>	<u>140.402</u>	<u>6.614</u>
TOTAL DOS PASSIVOS		<u>298.525</u>	<u>7.183</u>	<u>390.170</u>	<u>8.440</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Capital social	16	11.890	8.710	11.890	8.710
Reserva de capital	16	24.774	4.230	24.774	4.230
Ajuste de avaliação patrimonial	16	(78.747)	-	(78.747)	-
Prejuízos acumulados		<u>(14.180)</u>	<u>(389)</u>	<u>(14.180)</u>	<u>(389)</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(56.263)</u>	<u>12.551</u>	<u>(56.263)</u>	<u>12.551</u>
Participação dos acionistas não controladores	17	-	-	5.235	-
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>242.262</u>	<u>19.734</u>	<u>339.142</u>	<u>20.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	18	-	-	19.323	6
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	19	(153)	-	(9.164)	-
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(153)	-	10.159	6
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	19	(140)	-	(1.641)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7/19	-	-	(1.211)	-
Gerais e administrativas	19	(5.219)	-	(17.269)	(139)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(5.486)	(32)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	(157)	(29)	(834)	92
		(11.002)	(61)	(20.955)	(47)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(11.155)	(61)	(10.796)	(41)
Receitas financeiras		-	-	529	1
Despesas financeiras		(2.636)	(328)	(4.758)	(349)
Resultado financeiro, líquido	20	(2.636)	(328)	(4.229)	(348)
PREJUÍZO ANTES DE IMPOSTOS		(13.791)	(389)	(15.025)	(389)
IRPJ e CSLL corrente	8	-	-	(540)	-
IRPJ e CSLL diferido	8	-	-	1.505	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(13.791)	(389)	(14.060)	(389)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação da controladora		(13.791)	(389)	(13.791)	(389)
Participação de não controladores	17	-	-	(269)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	<u>Capital Social</u>		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	Reserva de capital					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital (nota 16)	8.710	4.230	-	-	12.940	-	12.940
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(389)	(389)	-	(389)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>8.710</u>	<u>4.230</u>	-	<u>(389)</u>	<u>12.551</u>	-	<u>12.551</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	8.710	4.230	-	(389)	12.551	-	12.551
Aumento de capital (nota 16)	3.180	20.519	-	-	23.699	-	23.699
Aquisição de investimento (nota 17)	-	-	-	-	-	5.504	5.504
Opção de compra de participação de acionistas não controladores (nota 15/16)	-	-	(78.747)	-	(78.747)	-	(78.747)
Remuneração baseada em ações	-	25	-	-	25	-	25
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(13.791)	(13.791)	(269)	(14.060)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>11.890</u>	<u>24.774</u>	<u>(78.747)</u>	<u>(14.180)</u>	<u>(56.263)</u>	<u>5.235</u>	<u>(51.028)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(13.791)	(389)	(14.060)	(389)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(13.791)</u>	<u>(389)</u>	<u>(14.060)</u>	<u>(389)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À				
Participação da controladora	(13.791)	(389)	(13.791)	(389)
Participação de não controladores	-	-	(269)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(13.791)	(389)	(14.060)	(389)
Ajustes:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7/19	-	-	1.211	-
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	10/12/19	424	-	4.845	5
Amortização direito de uso de arrendamentos	11/19	-	-	293	-
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	10/12	-	-	77	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	5.486	32	-	-
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	20	2.631	327	3.887	327
Despesa financeira de arrendamentos	11/20	-	-	696	-
Ajuste a valor presente financiamento estudantil	18	-	-	22	-
Rendimento de aplicações financeiras		-	-	(489)	-
Remuneração baseada em ações		20	-	25	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	(965)	-
		(5.230)	(30)	(4.458)	(57)
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		(45)	-	1.385	425
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		(68)	-	(401)	(2)
Redução (aumento) de depósitos judiciais		-	-	(387)	-
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		-	-	(140)	-
Redução (aumento) de outros ativos		(1)	-	(33)	568
(Redução) aumento de fornecedores		1.273	-	3.814	(49)
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		949	-	915	(265)
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		-	-	(480)	(120)
(Redução) aumento de provisão para riscos		-	-	2	-
(Redução) aumento de outros passivos		-	-	2.018	-
		2.108	-	6.693	557
Juros pagos		-	-	(696)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(3.122)	(30)	1.539	500
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento de capital em investida	9	(4.548)	-	-	-
Aquisições de controladas líquidas do caixa adquirido	5	(10.000)	(8.242)	(8.909)	(7.938)
Caixa proveniente de investimento (controladas)		-	-	2.767	-
Direitos em aquisições futuras		-	(4.655)	-	(4.655)
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras		-	-	(2.873)	(91)
Compra de ativo imobilizado	10	(6)	-	(638)	-
Compra de ativo intangível	12	(5.362)	-	(7.725)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(19.916)	(12.897)	(17.378)	(12.684)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		(666)	-	(666)	-
Pagamento de arrendamentos	11	-	-	(88)	-
Aumento de capital		23.699	12.940	23.699	12.940
Dividendos pagos		-	-	(3.180)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		23.033	12.940	19.765	12.940
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5)	13	3.926	756
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	13	-	756	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	8	13	4.682	756
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(5)	13	3.926	756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	18	-	-	20.110	6
Outras receitas		-	-	18	92
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	-	-	(1.211)	-
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		-	-	(637)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.383)	-	(8.044)	(98)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
Depreciação e amortização	19	(424)	-	(5.138)	(5)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO					
		(1.807)	-	5.098	(5)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(5.486)	(32)	-	-
Receitas financeiras	20	-	-	529	1
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		(7.293)	(32)	5.627	(4)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					
		(7.293)	(32)	5.627	(4)
Pessoal					
Remuneração direta		2.648	-	10.488	2
Remuneração baseada em ações		-	-	-	-
Benefícios		272	-	1.138	4
Bônus		20	-	34	-
FGTS		207	-	672	-
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		697	29	1.381	30
Estaduais		-	-	-	-
Municipais		2	-	673	-
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	20	2.636	328	4.758	349
Aluguéis		16	-	543	-
Remuneração de capitais próprios					
		(13.791)	(389)	(14.060)	(389)
Prejuízo do exercício retido					
		(13.791)	(389)	(13.791)	(389)
Participação dos acionistas não controladores					
		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Inspirali Educação S.A., (“Inspirali” ou “Companhia”), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com capital social subscrito de R\$ 10. Conforme nota explicativa 16, a primeira integralização de capital foi realizada em 04 de fevereiro de 2020.

A Companhia com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é a Holding de medicina do Ecossistema Ânima (Ânima Holding S.A. – controladora do Grupo), uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a administração de instituições de ensino de terceiro e quarto grau, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

A Inspirali Educação S.A. e suas controladas doravante serão referidas como “Grupo” para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3.

1.1 Contexto sobre a COVID 19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e os Governos de quase todo o mundo adotaram várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas pudesse ter tratamento adequado.

Desde 17 de março de 2020, quando houve a interrupção das atividades presenciais devido às restrições das autoridades governamentais brasileiras, o Grupo conseguiu rapidamente adaptar o negócio e manteve normalmente a prestação dos serviços.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo continuou mantendo as medidas de segurança e prevenção de riscos, em consonância com as diretrizes e recomendações das autoridades de saúde e do Comitê de Prevenção e Cuidado da Companhia, criado em 2020, com objetivo de zelar pela integridade dos alunos e colaboradores, dando continuidade saudável e sustentável aos serviços prestados.

Tendo em vista os avanços ocorridos no processo de vacinação e a flexibilização das medidas de distanciamento social e segurança, o Grupo realizou a reabertura parcial de algumas unidades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança para seus educadores e alunos.

O Grupo se mantém atento quanto às orientações das autoridades em saúde, e acompanha a evolução da vacinação, mantendo sempre seus *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 e suas variantes aos negócios do Grupo.

Mesmo cientes das incertezas trazidas por esta pandemia, a Administração segue confiante na estratégia do Grupo, solidez financeira do negócio e contribuição para a sociedade, incluindo a formação de profissionais na área da saúde, capazes de auxiliar na superação da pandemia e outros desafios futuros.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.3 Bases de consolidação em investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e são interrompidas a partir da data em que o controle termina.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas via participações diretas e indireta:

	Participação %	
	31/12/2021	31/12/2020
<u>Controladas via participações diretas</u>		
Room Sistemas Interativos Ltda. ("Medroom")	100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe") (i)	100	-
IBCMED Serviços de Educação S.A. ("IBCMED") (ii)	51	-
<u>Controladas via participação indireta</u>		
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. ("Ages") (i)	100	-

- (i) Em 2 de agosto de 2021, foi aprovada a cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding (empresa controladora da Inspirali, pertencente ao Grupo Ânima, e portanto a operação não se caracteriza como uma combinação de negócios) para a Inspirali ao valor patrimonial de R\$ 168.248. Assim a Inspirali passa a ser controladora de 100% da Sobepe e sua investida, Ages.
- (ii) Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A. (nota explicativa 5).

2.4 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não inclui o resultado integral da investida Medroom, que passou a ser consolidado a partir de novembro de 2020. Também não estão incluídos os resultados das investidas Sobepe e sua controlada, Ages, e da IBCMED que passaram a ser consolidados a partir de 2 de agosto de 2021 e 20 de novembro de 2021, respectivamente.

A leitura das informações financeiras deve considerar esses aspectos.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2020 e 2021 que possuem maior relevância no contexto da leitura das demonstrações financeiras:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2021		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Sobepe	02/08/2021	-	2.197	-	(10.491)
Ages	02/08/2021	15.946	(688)	39.484	(11.048)
IBCMED	30/11/2021	1.662	(550)	12.594	9.292

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2020		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Medroom	19/11/2020	6	(32)	1.135	(2.832)

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 16 de setembro de 2022.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras, são divulgadas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa somente quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, é reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados ao saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota que se espera que seja aplicável no período no qual o passivo será liquidado. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota utilizada é próxima a zero, e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota utilizada é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

3.1.3 Provisões para contingências

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4 Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

A Companhia e suas controladas adotaram uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima Holding, que é a taxa que a Ânima (controladora da Inspirali) pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir ainda mais as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5 Perdas estimadas - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a provisão para crédito de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve um aumento significativo do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/CPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos vinte e quatro meses de seus recebíveis vencidos. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis.

A Companhia e suas controladas analisam relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, via de regra, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo. A análise do contas a receber é efetuada por faixas de vencimento, status do aluno (ativo, inativo e graduado) e característica do título (mensalidade em aberto ou acordo).

3.1.6 Impairment de ativos não financeiros

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na

data do balanço. O impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

3.1.7 Reestruturação societária (Combinação de negócio sob controle comum)

Em 2 de agosto de 2021, foi aprovada a cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding S.A. para a Inspirali.

Com relação aos aspectos contábeis da combinação de negócios sobre controle comum, salientamos que:

Transações de troca de participações entre empresas sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("CPC") e pelas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). Sendo assim, conforme parágrafo 11 do Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8), a Companhia considerou a aplicabilidade dos requisitos e a orientação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que tratem de assuntos semelhantes relacionados.

Em uma relação de transferência de ações entre empresas de controle comum, os negócios adquiridos pela Companhia já pertenciam ao Grupo Ânima, havendo a transferência das ações dentro do mesmo grupo econômico. Desta maneira, não houve alteração nas bases de mensuração de ativos e passivos em relação aos seus valores contábeis históricos ("custo predecessor"). Desta forma, a Companhia não aplicou o método de aquisição (mensurados a valores justo), conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) IFRS 3.

Após a reestruturação, a Companhia continua a ser controlada diretamente pelos acionistas da Ânima Holding S.A., e será titular da integralidade das ações das investidas, que passarão a ser suas subsidiárias integrais.

Na data da efetivação da operação, em 2 de agosto de 2021, a Companhia registrou contabilmente, resultante da operação, um aumento de capital no valor de R\$ 168.248, reconhecidos em seu patrimônio líquido em contrapartida aos investimentos.

Nesta contabilização, foi utilizado o valor histórico do patrimônio líquido das investidas, conforme laudo de avaliação datado de 31 de julho de 2021 (lastreados em balancetes patrimoniais das investidas e documentação comprobatória materialmente relevante) e nas demonstrações consolidadas. Foram reconhecidos os ativos e passivos com base nos valores históricos, ou custo predecessor, de cada entidade.

Essas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os resultados das entidades adquiridas e o balanço patrimonial prospectivamente a partir da data em que ocorreu a combinação de negócios sobre controle comum. Como a combinação é tratada prospectivamente, as informações comparativas são apresentadas apenas para a Inspirali Educação S.A..

3.1.8 Valor justo do passivo de resgate e análise quanto à retenção de riscos e benefícios na participação de acionistas não controladores

Conforme descrito na Nota 15, a Companhia é parte em contrato de opções de compra e venda com os acionistas não controladores da IBCMED. A estimativa do valor justo do contrato envolve um elevado grau de julgamento em função da

necessidade de se estimar o EBITDA futuro da IBCMED, bem como as projeções do fluxo de caixa, taxas de crescimento e a taxa de desconto.

A administração entende que, apesar da celebração do contrato de opções de compra e venda das ações, os acionistas não controladores da IBCMED preservaram seu direito aos riscos e benefícios associados à sua participação no capital da mesma. Dessa forma, sua participação foi destacada no patrimônio líquido consolidado.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (diretas e indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

4.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4 Ativos financeiros

4.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

- Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

4.4.4 *Impairment*

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

4.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra elas. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.8 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	1,5 - 4,5
Tecnologia	3
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;
- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos, e;
- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.10 Combinação de negócios

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- Valores justos dos ativos transferidos
- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido
- Participações societárias emitidas pelo grupo
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos,

os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.11 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.12 Provisões para contingências

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Conseqüentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem, em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente R\$ 4.563 referente a processos cuja probabilidade de êxito é possível, e conseqüentemente, não estão provisionados.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.13.1 Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.15.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSSL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a CSSL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSSL correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSSL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.13.2 Diferido

Ativos de imposto de renda e CSSL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados. Essa probabilidade é baseada em projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas e com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSSL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSSL considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo de tais instituições é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

4.14 Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e títulos e obrigações em aquisições.

4.15 Reconhecimento de receita

4.15.1 Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de

matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará em até 90% da primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalter antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de quaisquer valores em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.15.2 Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção, desenvolvimento e licenciamento de software principalmente focados em anatomia e fisiologia humana, entre outros. Essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.16 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.16.1 FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC").

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários-mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a

desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.16.2 PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

Publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021, a Medida Provisória ("MP") nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Medida Provisória antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. A adesão é válida por dez anos, renovável por igual período.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários-mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2020 e 2021.

4.17 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas.

4.18 Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;

- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais é apresentada abaixo:

% por prazos		
0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
5,99% a 12,85%	11,00% a 12,75%	13,00%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto

prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.19 Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.20 Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.21 Relatório de segmento

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo opera apenas um segmento, denominado "Inspirali- operações médicas" – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina, sendo assim, não é uma divulgação obrigatória para o período. A análise do segmento Inspirali - operações médicas contempla informações desagregadas por IES sem que as mesmas se constituam em segmentos operacionais distintos. Essa análise é realizada pela Diretoria Executiva que é o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo.

4.22 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas e práticas contábeis foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas e práticas contábeis, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual.
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido.
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato.
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura.
Alteração ao IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
Alteração ao IAS 12	Imposto Sobre a Renda.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar.

5 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1 Composição preço de compra e ágio

	2021		Total
	Medroom (a)	IBCMED (b)	
Data de aquisição	19/11/2020	30/11/2021	
% Participação	100%	51%	
Pagamento à vista	-	10.000 (i)	10.000
<i>Earn-out</i>	-	45.871 (ii)	45.871
Valor nominal da aquisição	-	55.871	55.871
(-) Ajuste a valor presente	-	(5.711)	(5.711)
Valor presente da aquisição	-	50.160	50.160
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	5.576	5.729	11.305
Ágio gerado na aquisição	(5.576)	44.431	38.855
Composição do caixa líquido na aquisição			
Contrapartida paga em caixa à vista	-	10.000	10.000
(-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	-	(1.091)	(1.091)
Valor presente pago	-	8.909	8.909

(a) Valores referem-se à alocação final do investimento da Medroom adquirido em 2020. Houve a alocação dos ativos adquiridos pelo valor justo de R\$ 5.576, gerando uma redução final ao ágio anteriormente alocado no valor de R\$ 5.576. O valor final do ágio registrado na operação é de R\$ 14.234.

(b) Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A., além de

uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026, que já está registrada contabilmente. A transação não está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e os valores são como segue:

- (i) Pagamento de R\$ 10.000 à vista na assinatura do contrato;
- (ii) Valores serão pagos em 3 parcelas anuais, variáveis, a serem pagas a partir de 2023 até 2025. O valor das parcelas variáveis será aferido com base em múltiplos de EBITDA, referente ao exercício social anterior da eventual opção.

	2020	
	<u>Medroom</u>	
	<u>19/11/2020</u>	
	<u>100%</u>	<u>Total</u>
Data de aquisição		
% Participação		
Composição do preço de compra e do ágio		
Pagamento à vista	8.242 (iii)	8.242
Pagamentos parcelados	3.000 (iv)	3.000
<i>Earn-out</i>	6.468 (v)	6.468
Valor nominal da aquisição	<u>17.710</u>	<u>17.710</u>
(-) Ajuste a valor presente	(2.612)	(2.612)
Valor presente da aquisição	<u>15.098</u>	<u>15.098</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	(4.712)	(4.712)
Ágio gerado na aquisição	<u>19.810</u>	<u>19.810</u>
Composição do caixa líquido na aquisição		
Contrapartida paga em caixa à vista	8.242	8.242
(-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(304)	(304)
Valor presente pago	<u><u>7.938</u></u>	<u><u>7.938</u></u>

- (iii) Pagamento de R\$ 4.557 em 30 de novembro de 2020 e R\$ 3.685 pelos ativos conversíveis em ações.
- (iv) Pagamento de R\$ 3.000 a ser realizado em 5 parcelas, sendo que a primeira foi liquidada em novembro de 2021.
- (v) *Earn-out* a valor justo de R\$ 6.468 a serem pagos da seguinte forma: R\$ 4.350 em 30 de janeiro de 2025 e R\$ 2.118 em 30 de janeiro de 2026, conforme cumprimento de metas operacionais.

5.2 Valor justo das aquisições

	2021		
Alocação dos ativos	Medroom	IBCMED (a)	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.091	1.091
Outros ativos circulantes	-	1.363	1.363
Imobilizado	-	1.287	1.287
Intangível	-	200	200
Carteira de clientes (i)	-	4.726	4.726
Marca (ii)	-	7.180	7.180
Tecnologia (iii)	8.449	-	8.449
	<u>8.449</u>	<u>15.847</u>	<u>24.296</u>
Passivos			
Circulantes	-	566	566
IR/CS diferido passivo	2.873	4.048	6.921
Participação de minoritários	-	5.504	5.504
	<u>2.873</u>	<u>10.118</u>	<u>12.991</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	<u>5.576</u>	<u>5.729</u>	<u>11.305</u>

(a) A Companhia e seus consultores iniciaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, conseqüentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está apresentada a alocação preliminar do preço de compra.

O trabalho de determinação do valor justo de ativos intangíveis gerados na aquisição seguiu as seguintes metodologias:

- (i) O método utilizado para o cálculo do valor justo da carteira de alunos é uma variante da abordagem da renda, conhecido como *Multiperiod Excess Earnings Method* - MPEEM. Para a aplicação dessa metodologia é necessário estimar os ativos que contribuem para que os alunos possam gerar resultado futuro.
- (ii) O valor do ativo é atualizado pela economia de *royalties* que o proprietário teria em caso de ter a propriedade do ativo. É necessário determinar uma taxa de *royalties* que reflita a remuneração adequada do ativo. Os pagamentos de *royalties*, líquidos de impostos, são descontados a valor presente.
- (iii) A tecnologia foi avaliada utilizando a metodologia do custo (*Replacement Cost*, em português, "custo de reposição"). A fim de analisar a razoabilidade dos resultados obtidos a partir da aplicação do método do custo, foi calculada a taxa de *royalty* implícita.

Alocação dos ativos	2020	
	Medroom	Total
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	304	304
Outros ativos circulantes	1.010	1.010
Ativos não circulantes	103	103
Imobilizado	219	219
	<u>1.636</u>	<u>1.636</u>
Passivos		
Circulantes	6.348	6.348
	<u>6.348</u>	<u>6.348</u>
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	<u>(4.712)</u>	<u>(4.712)</u>

Nas datas de aquisição das entidades indicadas nas tabelas acima, o valor justo das contas a receber e demais ativos circulantes adquiridos é igual ao seu valor contábil.

6 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição do saldo de caixa, equivalentes e aplicações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos (a)	8	13	3.435	754
Aplicações financeiras – Operações (a)	-	-	1.247	2
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>8</u>	<u>13</u>	<u>4.682</u>	<u>756</u>
Aplicações financeiras – Investimento (b)	-	-	14.426	91
Total das aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.426</u>	<u>91</u>

- (a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.
- (b) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento. Os fundos de investimento do Grupo se constituem como parte de seus ativos financeiros disponíveis em tesouraria. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentuais médios de 126% do CDI.

CONTAS A RECEBER

	Consolidado 31/12/2021
Contas a receber mensalidades (a)	9.666
FIES - Financiamento estudantil (b)	5.986
Financiamentos	2.903
Sublocações, serviços e outros	67
Total	<u>18.622</u>
Provisão para perdas estimadas (c)	<u>(4.372)</u>
Total	<u>(4.372)</u>
Total geral contas a receber	<u>14.250</u>
Ativo circulante	13.412
Ativo não circulante	838

- (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.
- (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.
- (c) A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, onde, também, são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

	Consolidado 31/12/2021				
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer (i)	13.429	(1.660)	12,36%	11.769	82,59%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	1.831	(592)	32,33%	1.239	8,69%
De 91 a 180 dias	1.086	(423)	38,95%	663	4,65%
De 181 a 360 dias	871	(569)	65,33%	302	2,12%
De 361 a 720 dias	1.405	(1.128)	80,28%	277	1,94%
Total	<u>18.622</u>	<u>(4.372)</u>	<u>23,48%</u>	<u>14.250</u>	<u>100,00%</u>

(*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.

(i) Os valores a receber de FIES e cartão de crédito estão classificados nessa linha.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	(1.211)
Saldo proveniente de aquisição – Sobepe e Ages	(3.457)
Títulos baixados no exercício (i)	296
Saldo final	<u>(4.372)</u>

(i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

8.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 7.434 (R\$ 166, em 31 de dezembro de 2020) e, no consolidado, o montante de R\$ 15.357 (R\$ 198, em 31 de dezembro de 2020), não sujeitos a prazo prescricional.

Passivo - Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos referem-se a impostos e contribuições calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios na aquisição, que dá origem a uma obrigação fiscal diferida a ser realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido passivo está apresentado líquido dos créditos tributários diferidos ativos.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

	Consolidado					Saldo final 31/12/2021
	Saldo inicial 31/12/2020	Movimentação			Compensação (ii)	
	Aquisição	Combinação de negócio	Amortização (i)			
Imposto de renda	-	12.449	5.089	(879)	(630)	16.029
Contribuição social	-	4.482	1.832	(316)	(227)	5.771
Total	-	16.931	6.921	(1.195)	(857)	21.800

- (i) Refere-se ao reflexo de imposto diferido sobre a amortização dos seguintes intangíveis: marca, tecnologia e carteira de clientes.
- (ii) Refere-se a compensação com o imposto diferido ativo, constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

8.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes de IRPJ e CSLL	(13.791)	(389)	(15.026)	(389)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal	4.689	132	5.109	132
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	(1.454)	(11)	-	-
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	2.890	-
Créditos tributários não constituídos (b)	(2.471)	(56)	(6.185)	(67)
Outras adições e exclusões	(764)	(65)	(849)	(65)
IRPJ e CSLL calculados	-	-	965	-
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(540)	-
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	-	-	1.505	-
Ativo	-	-	310	-
Passivo	-	-	1.195	-

- (a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Companhia oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista que não existe expectativa de realização.

9 INVESTIMENTOS

As principais demonstrações financeiras das controladas diretas e participação de acionistas não controladores (participação de minoritários) estão demonstradas a seguir:

	31/12/2021						
	Controladas diretas e participação de não controladores						
	Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Participação de não controladores	Patrimônio líquido	(-) Resultado de não controladores	Resultado do exercício
MedRoom	100%	9.236	3.318	-	5.918	-	(3.008)
Sobepe	100%	190.457	25.365	-	165.092	-	(2.197)
IBCMED	51%	4.020	1.195	1.385	1.440	(269)	(281)
Ágio		-	-	-	62.673	-	-
				1.385	235.123	(269)	(5.486)

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Combinação de negócios	Aquisição (i)	Alocação de ágio (ii)	Saldo em 31/12/2021
Ativo									
MedRoom	(89)	3.439	(3.008)	-	-	-	-	5.576	5.918
Sobepe	-	1.109	(2.197)	5	(2.073)	-	168.248	-	165.092
IBCMED	-	-	(281)	-	-	5.729	-	-	5.448
Ágio (iii)	19.810	-	-	-	-	44.431	-	(5.576)	58.665
Total	19.721	4.548	(5.486)	5	(2.073)	50.160	168.248	-	235.123

(i) Refere-se a cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding para a Inspirali a valor patrimonial.

(ii) Refere-se à alocação final do preço de compra da Medroom (nota 5) realizada em 2021 (dentro do período de mensuração), resultando em uma redução ao ágio no valor de R\$ 5.576, sendo contrapartida dentro do mesmo grupo de investimentos.

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2019	Aquisição	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Ativo				
MedRoom	-	(57)	(32)	(89)
Ágio (iii)	-	19.810	-	19.810
Total	-	19.753	(32)	19.721

(iii) O saldo de ágio foi submetido a teste de redução ao valor recuperável ("impairment") conforme demonstrado na nota explicativa 12.2.

10 IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		Custo de aquisição	31/12/2021		31/12/2020
			Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	6	-	6	-
Total		6	-	6	-

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
		Custo de aquisição	31/12/2021		31/12/2020
			Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	1.560	(122)	1.438	-
Máquinas e equipamentos	10%	7.066	(361)	6.705	-
Biblioteca e videoteca	10%	1.212	(80)	1.132	-
Móveis e utensílios	10%	1.416	(99)	1.317	23
Computadores e periféricos	20%	982	(110)	872	191
Imobilizado em andamento	-	36	-	36	-
Total		12.272	(772)	11.500	214

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora		
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Saldo líquido em 31/12/2021
Computadores e periféricos	-	6	6
Total	-	6	6

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2021
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Combinação de negócio (iii)	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Aquisição (iv)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	-	37	-	(55)	511	945	1.438
Máquinas e equipamentos	-	215	1.236	-	(362)	-	5.616	6.705
Biblioteca e videoteca	-	-	-	-	(80)	-	1.212	1.132
Móveis e utensílios	23	50	-	(2)	(101)	2	1.345	1.317
Computadores e periféricos	191	120	-	-	(167)	-	728	872
Imobilizado em andamento (ii)	-	253	-	-	-	(513)	296	36
Total	214	638	1.273	(2)	(765)	-	10.142	11.500

	Consolidado			
	Saldo líquido em 31/12/2019	Combinação de negócio (iii)	Depreciações	Saldo líquido em 31/12/2020
Móveis e utensílios	-	23	-	23
Computadores e periféricos	-	196	(5)	191
Total	-	219	(5)	214

- (i) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.
- (iii) As adições identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes das combinações de negócios provenientes da empresa IBCMED, ocorrida em 2021, e da empresa Medroon realizada em 2020.
- (iv) Refere-se ao saldo do balanço na data de aquisição da Sobepe e Ages decorrente da operação de cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding para a Inspirali a valor patrimonial.

11

DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Aquisições (i)	11.490	12.415	-
Adição e remensuração	1.223	1.223	-
Pagamento	-	(784)	-
Amortização	(293)	-	(293)
Despesa financeira	-	696	(696)
Saldo em 31/12/2021	<u>12.420</u>	<u>13.550</u>	<u>(989)</u>
Circulante	-	230	
Não circulante	12.420	13.320	

(i) As adições identificadas nesta linha são decorrentes da aquisição de participação societária por meio da cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding para a Inspirali.

Os pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado
	31/12/2021
2022	230
2023	260
2024	332
2025	375
Após 2025	12.353
Total	<u>13.550</u>

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 5,03% ao ano para 2022, 3,41% ao ano para 2023 e 3,00% para anos posteriores a 2024, conforme boletim Focus. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	31/12/2021		
	Consolidado		% Variação
	Sem inflação	Com inflação	
Direito de uso líquido	12.420	13.306	7,14%
Passivo de arrendamento	13.550	14.481	6,87%
Despesa de amortização	(664)	(684)	2,95%
Despesa financeira	(1.590)	(1.639)	3,05%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

		Controladora			
		31/12/2021		31/12/2020	
Taxas anuais de amortização		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
		Softwares	20%	39	(3)
Desenv. conteúdo EAD	33%	5.323	(421)	4.902	-
Total		5.362	(424)	4.938	-

		Consolidado			
		31/12/2021		31/12/2020	
Taxas anuais de amortização		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
		Ágio		183.912	-
Marcas e patentes	3,33%	23.288	(283)	23.005	-
Licença		37.611	-	37.611	-
Carteira de clientes	22% a 70%	10.001	(1.736)	8.265	-
Tecnologia	33%	8.449	(1.831)	6.618	-
Total		263.261	(3.850)	259.411	19.810
Softwares	20%	589	(40)	549	-
Desenv. conteúdo EAD	33%	6.639	(485)	6.154	-
Credenciamento MEC	33%	346	(41)	305	-
Projetos em andamento		725	-	725	-
Total		8.299	(566)	7.733	-
Total do intangível		271.560	(4.416)	267.144	19.810

A movimentação da controladora é:

		Controladora			
		Saldo líquido em 31/12/2020		Saldo líquido em 31/12/2021	
		Adições	Amortização		
Softwares		39	(3)	36	
Desenv. conteúdo EAD		5.323	(421)	4.902	
Total		5.362	(424)	4.938	

A movimentação consolidada é:

		Consolidado					
		Saldo líquido em 31/12/2020		Amorti-zação		Combinação de negócio (i)	Saldo líquido em 31/12/2021
		Adições	Baixa	zação	Aquisição (ii)		
Ágio		-	-	-	125.247	38.855	183.912
Marcas e patentes		-	-	(235)	16.060	7.180	23.005
Licença		-	-	-	37.611	-	37.611
Carteira de clientes		-	-	(1.447)	4.986	4.726	8.265
Tecnologia		-	-	(1.831)	-	8.449	6.618
Softwares		181	-	(41)	209	200	549
Desenv. conteúdo EAD		6.607	(75)	(485)	107	-	6.154
Credenciamento MEC		212	-	(41)	134	-	305
Projetos em Andamento		725	-	-	-	-	725
Total		7.725	(75)	(4.080)	184.354	59.410	267.144

	Consolidado		
	Saldo líquido em 31/12/2019	Combinação de negócio (i)	Saldo líquido em 31/12/2020
Ágio	-	19.810	19.810
Total	-	19.810	19.810

- (i) As adições identificadas nesta coluna são decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição da IBCMED em 2021 e Medroom em 2020.
- (ii) Refere-se ao saldo do balanço de abertura de Sobepe e Ages decorrente da operação de cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding para a Inspirali a valor patrimonial.

O exercício de alocação do preço de compra relativo à aquisição da IBCMED ainda se encontra em andamento e, até o momento, foi realizada uma alocação de preço preliminar conforme divulgado na nota 5.

12.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado					Total Geral
	Intangíveis amortizáveis			Intangíveis não amortizáveis		
	Carteira de clientes	Marcas e patentes	Tecnologia	Licença	Ágio	
Ages	3.539	15.825	-	37.611	125.247	182.222
Medroom	-	-	6.618	-	14.234	20.852
IBCMED	4.726	7.180	-	-	44.431	56.337
Total	8.265	23.005	6.618	37.611	183.912	259.411

12.2 Teste ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os intangíveis informados acima e os demais ativos que juntos compõem o *carrying amount* das UGC's foram submetidos ao teste do valor recuperável ("impairment") e não foram encontrados indicativos de impairment no período.

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2022, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida, após o quinto ano, próxima à estimativa de crescimento adotada pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

A UGC IBCMED foi adquirida em 30 de novembro de 2021. Considerando a proximidade da aquisição ao encerramento do exercício de 2021 e o fato de que o exercício de alocação do preço de compra está em andamento, a UGC será submetida ao teste ao valor recuperável dos ativos até término do próximo exercício social.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's participantes do PROUNI foram:

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	13,5%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,00%
Crescimento médio da receita ao ano	3,83%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,60%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	263.996

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's não participantes do PROUNI foram:

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	17,7%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,00%
Crescimento médio da receita ao ano	22,50%
Crescimento médio dos gastos ao ano	14,89%
<i>Carrying amount</i> (valor testado)	20.111

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGC's a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

13 FORNECEDORES

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	1.273	-
Total	1.273	-

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Repasse Programa Mais Médicos - SUS	7.269	-
Demais fornecedores	3.279	128
Partes relacionadas (Nota 21)	13.843	-
Total	24.391	128

ADIANTAMENTOS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de alunos (a)	2.267	-
Faturamento antecipado de clientes	316	1.123
Total	<u>2.583</u>	<u>1.123</u>
Passivo Circulante	2.583	1.123

- (a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravaler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravaler S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

TÍTULOS E OBRIGAÇÕES EM AQUISIÇÕES

	Índice de Correção	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Earn outs					
Aquisição da Medroom	INPC	6.511	4.716	6.511	4.716
Aquisição da IBCMED	-	40.493	-	40.493	-
Aquisição da Ages	-	-	-	9.731	-
Parcelamentos					
Aquisição do Medroom	INPC	2.304	2.466	2.304	2.466
Aquisição da Sobepe (a)	-	168.248	-	168.248	-
Opção de compra					
Passivo de resgate de opção IBCMED (b)	-	78.747	-	78.747	-
Total		<u>296.303</u>	<u>7.182</u>	<u>306.034</u>	<u>7.182</u>
Passivo circulante		200.803	568	200.803	568
Passivo não circulante		95.500	6.614	105.231	6.614

- (a) Valor referente à cessão de ações da Sobepe pela parte relacionada Ânima Holding à Inspirali (nota explicativa 21).
- (b) Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali Brasil assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED. O contrato prevê a opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra serão mensurados com base em um múltiplo do EBITDA da IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como

“títulos e obrigações em aquisições” em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme determina o CPC 36 (R3) IFRS 10.

A movimentação dos saldos se deu conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	7.182	-	7.182	-
Investimento	-	-	8.475	-
Adição	287.156	6.854	287.156	6.854
Ajuste a valor presente	987	191	2.243	191
Correção Monetária	1.644	137	1.644	137
Pagamento	(666)	-	(666)	-
Saldo Final	<u>296.303</u>	<u>7.182</u>	<u>306.034</u>	<u>7.182</u>

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos títulos e obrigações em aquisições:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
2022	200.803	200.803
2023	14.569	24.300
2024	29.473	29.473
2025	50.495	50.495
Após 2025	963	963
Total	<u>296.303</u>	<u>306.034</u>

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A Inspirali Educação S.A., (“Inspirali” ou “Companhia”), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com capital social de R\$ 10 (dez mil reais). A integralização do capital social aprovado foi realizada em 04 de fevereiro de 2020 mediante o aporte de capital da Ânima Holding.

Em 9 de dezembro de 2020, foi deliberado, em assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 8.700.000 (oito milhões e setecentos mil) novas ações ordinárias, de forma que o capital social ficou majorado em R\$ 8.700. Em 31 de dezembro de 2020, foi concluída a integralização do capital social aprovado, pela Ânima Holding. Assim, o capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020, é composto por 8.710.000 (oito milhões, setecentos e dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$8.710.

Em 1º de julho de 2021, foi deliberado, em assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 3.180.026 (três milhões, cento e oitenta mil e vinte e seis) novas ações ordinárias, sem valor nominal. Desta forma, o capital social passa a ser de R\$11.890. O capital social aprovado, foi integralizado pela Ânima Holding em 1º de setembro de 2021. Assim, o capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021, é composto por 11.890.026 (onze milhões, oitocentos e noventa mil e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja composição é como segue:

	Ações	
	31/12/2021	31/12/2020
Ações ordinárias	11.890.026	8.710.000
Total geral de ações	<u>11.890.026</u>	<u>8.710.000</u>

b) Reservas de capital

Para o exercício findo 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva de capital é de R\$ 24.774 (R\$ 4.230 em 31 de dezembro de 2020). O saldo refere-se principalmente a adiantamento para futuro aumento de capital.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali Brasil assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED. O contrato prevê a opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra serão mensurados com base em um múltiplo do EBTIDA da IBCMED do exercício da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) foi contabilizado como "títulos e obrigações em aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido.

17 PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORES

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	-
Participação dos não controladores da IBCMED	5.504
Resultado do exercício atribuível aos não controladores	<u>(269)</u>
Saldo final	<u><u>5.235</u></u>

18 RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta de produtos e serviços	26.109	6
Receita FIES	4.883	-
Descontos em mensalidades	(10.118)	-
Impostos sobre faturamento	(787)	-
Comissões (a)	(743)	-
Ajuste a valor presente	<u>(21)</u>	-
Receita líquida	<u><u>19.323</u></u>	<u><u>6</u></u>
Reconhecimento de receita		
Reconhecida ao longo do tempo	19.294	-
Reconhecida no momento da prestação	<u>29</u>	<u>6</u>
	<u><u>19.323</u></u>	<u><u>6</u></u>

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro) e Pravalor.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2021</u>
Gratuidade PROUNI	(1.179)
Bolsas e descontos concedidos	(6.724)
Devoluções, abatimentos e outros	<u>(2.215)</u>
Total	<u><u>(10.118)</u></u>

19 RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(3.786)	-	(14.490)	(6)
Gastos com aluguel e ocupação	-	-	(718)	(128)
Gastos com serviços de terceiros	(1.034)	-	(4.258)	-
Propaganda e publicidade	(140)	-	(1.641)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7)	-	-	(1.211)	-
Despesas com depreciação (nota explicativa nº 10)	-	-	(765)	(5)
Despesas com amortização (nota explicativa nº 12)	(424)	-	(4.080)	-
Despesas com amortização direito de uso (nota explicativa nº 11)	-	-	(293)	-
Manutenção	(16)	-	(629)	-
Deslocamentos	(115)	-	(245)	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa nº 16)	-	-	(33)	-
Impostos e taxas	(63)	(29)	(115)	(29)
Outras receitas (despesas) líquidas	(91)	-	(1.641)	121
Total	(5.669)	(29)	(30.119)	(47)
Classificadas como:				
Custo dos produtos e serviços	(153)	-	(9.164)	-
Despesas comerciais	(140)	-	(1.641)	-
Crédito de liquidação duvidosa	-	-	(1.211)	-
Despesas gerais e administrativas	(5.219)	-	(17.269)	(139)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(157)	(29)	(834)	92
Total	(5.669)	(29)	(30.119)	(47)

20 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receitas financeiras:</u>				
Receita com aplicações financeiras	-	-	494	-
Impostos e outras receitas	-	-	35	1
Total	-	-	529	1
<u>Despesas financeiras:</u>				
Despesa financeira de arrendamento	-	-	(696)	-
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	(2.631)	(327)	(3.887)	(327)
Outras despesas	(5)	(1)	(175)	(22)
Total	(2.636)	(328)	(4.758)	(349)
Resultado financeiro	(2.636)	(328)	(4.229)	(348)

21 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora			
	31/12/2021			
	Ativo		Passivo	
	Contas a receber	Dividendos a receber	Fornecedores	Títulos e obrigações em aquisições (a)
Ânima Holding	45	2.073	35	168.248
Total	45	2.073	35	168.248

	Consolidado				
	31/12/2021				
	Ativo		Passivo		
Contas a receber	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Títulos e obrigações em aquisições (a)	
Ânima Holding	48	-	1.371	-	168.248
Ages Educação	11.655	200	12.472	-	-
Outros	-	-	-	3	-
Total	11.703	200	13.843	3	168.248

- (a) Valor referente à cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding à Inspirali pelo seu valor patrimonial de R\$ 168.248 em 2 de agosto de 2021. Valor foi quitado em 31 de março de 2022.

Não há incidência de juros sobre as transações entre as empresas do Grupo, as quais são substancialmente de curto prazo.

21.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	428	428

22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

22.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40/IFRS 7, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Controladora			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2021:				
Fornecedores	1.273	-	-	1.273
Títulos e obrigações em aquisição	200.803	44.042	51.458	296.303
Contas a receber com partes relacionadas	45	-	-	45

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2021:				
Fornecedores	24.391	-	-	24.391
Títulos e obrigações em aquisição	200.803	53.773	51.458	306.034
Arrendamentos a pagar	230	592	12.728	13.550
Contas a receber com partes relacionadas	11.703	-	200	11.903

(b) Risco de crédito – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui provisão para perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

(i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as contas a receber encerraram com uma elevação em seu saldo ocasionada por um conjunto de fatores, como: o crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no período; e os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre a capacidade de pagamento dos estudantes. A Companhia e suas controladas implementaram medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos e acreditam que, juntas, tais medidas poderão reverter os valores vencidos aos patamares historicamente observados. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

(ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating (nota explicativa 22.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	8	13	4.682	756
Aplicações financeiras	6	-	-	14.426	91
Contas a receber	7 e 21	-	-	25.953	-
Adiantamentos diversos		68	-	1.025	2
Contas a receber com partes relacionadas	21	45	-	11.703	-
Créditos com partes relacionadas	21	45	-	200	-
Total		166	13	57.989	849

- (c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

22.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos a pagar	11	-	-	13.550	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	(8)	(13)	(4.682)	(756)
Aplicações financeiras	6	-	-	(14.426)	(91)
Dívida líquida		<u>(8)</u>	<u>(13)</u>	<u>(5.558)</u>	<u>(847)</u>
Patrimônio líquido	16	(56.263)	12.551	(56.263)	12.551
Dívida total		(56.271)	12.538	(61.821)	11.704
Índice de alavancagem financeira		<u>(0%)</u>	<u>(0%)</u>	<u>9%</u>	<u>(7%)</u>

22.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

- (a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, não foram identificadas diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos.

Os valores justos estimados são como seguem:

	Nota explicativa	Consolidado	
		Valor justo	Valor contábil
		<u>31/12/2021</u>	
<u>Passivos financeiros líquidos</u>			
Arrendamentos a pagar	11	13.550	13.550
Total		<u>13.550</u>	<u>13.550</u>

22.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contrapartes sem classificação externa de crédito	-	-	25.953	-
	-	-	25.953	-
Caixas e Bancos				
Bancos				
AAA (i)	8	13	3.241	754
AA- (i)	-	-	1.433	2
A- (i)	-	-	8	-
	8	13	4.682	756
Aplicações financeiras - Investimento				
AAA (i)	-	-	13.516	91
AA (i)	-	-	910	-
	-	-	14.426	91

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

23 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 9,15% (divulgada pela CETIP), INPC – 10,16% (divulgados pelo IBGE)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

	Indexador	Risco	Consolidado			
			31/12/2021			
			Valor	Efeito no resultado		
Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)				
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	(14.426)	(1.320)	(990)	(660)
Títulos e obrigações de aquisições	INPC	Alta do INPC	8.815	896	1.120	1.342
Exposição líquida - perda			<u>(5.611)</u>	<u>(424)</u>	<u>130</u>	<u>683</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "baixa do CDI e alta do INPC", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no período atual.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

24 COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

25 OUTROS ASSUNTOS

Acordo de Investimento com a DNA Capital Consultoria Ltda.

Em 29 de novembro de 2021, a Ânima Holding S.A. assinou um Contrato de Investimento com a DNA Capital Consultoria Ltda. e fundos de investimentos em participações sob sua gestão ("DNA Capital"), mediante o qual aprovou o aumento de capital na Inspirali, com a expressa renúncia ao direito de preferência que lhe assiste em favor da DNA Capital mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Inspirali, pelo preço de emissão total de R\$1.000.000, correspondente a 25,0% de seu capital social total e votante. Por meio do Contrato de Investimentos, sujeito às condições precedentes costumeiras nesse tipo de operação, a Ânima Holding assumiu, entre outras obrigações, as seguintes:

- Concluiu uma reorganização societária, consolidando, no âmbito da Inspirali, os resultados econômico-financeiros provenientes das operações educacionais relativas aos cursos de medicina;
- Realizou uma Assembleia Geral Extraordinária da Ânima Holding S.A., submetendo a entrada da DNA Capital na Inspirali, mediante a emissão de novas ações ordinárias, que representam os 25,0% do capital social total e votante da Inspirali ("Ações Subscritas");

A DNA Capital, por sua vez, superadas as condições acima, subscreveu e integralizou a totalidade das Ações Subscritas, pelo preço de subscrição correspondente a R\$ 1.000.000, pago à vista no dia 31 de março de 2022.

Dentre as condições precedentes a implementação da operação, ressalta-se a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, nos termos da legislação aplicável.

26 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2 de janeiro de 2022, foi realizada, pela Ânima Holding, a venda de 51.546.392 ações da VC Network para a Inspirali pelo valor de R\$ 2.100.000, correspondentes a 49% do total de suas ações.

Em 3 de janeiro de 2022, a Ânima Holding realizou um aumento de capital na Inspirali mediante o aporte de 6.260.188 ações de sua titularidade, correspondentes a 6% do capital da VC Network, ao valor patrimonial de R\$ 255.040. Com esse aporte em bens a partir desta data a entidade VC Network passou a ser controlada, de forma direta, pela Inspirali que detém 55% de seu capital social.

Em 28 de janeiro de 2022 o Acordo de Investimento mencionado na nota explicativa nº 25 foi aprovado sem restrições, pela Superintendência-Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). Conforme norma vigente, após a publicação do ato, teve início a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para que referida decisão transite em julgado, se tornando definitiva.

Em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da Ânima Holding, equivalentes a 45% do capital social da VC Network, em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Às ações preferenciais terá garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais), que não for oriundo dos cursos de Medicina, observados ainda os critérios de rateio de despesas e receitas, fixados de acordo com as normas legais e contratuais aplicáveis. Também foi assinado, entre Ânima Holding e Inspirali, um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização, para o caso de eventual resultado da operação relativa aos cursos de medicina ser afetada pela operação referente demais cursos, ou vice-versa.

Em 31 de março de 2022, após a celebração de acordo de investimento estratégico entre a Companhia e a DNA Capital Consultoria Ltda. ("DNA Capital"), e uma vez que todas as condições precedentes foram atendidas, o Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma VIII ("Fundo Genoma VIII"), administrado pela DNA Capital) adquiriu 25,0% do capital social total e votante da Inspirali no montante de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais).

Em 31 de março de 2022, a Inspirali emitiu a 1ª emissão de debêntures simples, com uma série única, no montante de R\$ 2.000.000 mil. O custo relacionado a essa emissão totalizou R\$ 39.256 mil. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Em 31 de março de 2022, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Inspirali, a eleição dos sete membros do Conselho de Administração (dois eleitos pelo Fundo Genoma VIII e os demais pela ÂNIMA, sendo 2 independentes) e a criação dos seguintes comitês: (i) Comitê Especial e de Expansão e (ii) Comitê de Auditoria, *Compliance*, Recursos Humanos e Tributários. O Conselho de Administração da Inspirali aprovará os regimentos internos dos respectivos comitês e indicará seus respectivos membros nos próximos 60 dias.